



Câmara Municipal de Assis

Estado de São Paulo

Rua José Bonifácio, 1001 – CEP 19800-072 – Fone/Fax: (18) 3302-4144

Site: www.assis.sp.leg.br – e-mail: cmassis@camaraassis.sp.gov.br

Fls. 1

PROJETO DE LEI Nº 45/2023

Dispõe sobre a obrigatoriedade de farmácias e drogarias privadas disponibilizarem recipientes para armazenar medicamentos domiciliares vencidos ou em desuso, de uso humano, industrializados ou manipulados, e de suas embalagens após o descarte pelos consumidores no município de Assis/SP e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ASSIS**, Estado de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal de Assis aprova e ele sanciona, com base no inciso III do artigo 84 da Lei Orgânica do Município de Assis, a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a obrigatoriedade de farmácias e drogarias privadas disponibilizarem recipientes para armazenar medicamentos domiciliares vencidos ou em desuso, de uso humano, industrializados ou manipulados, e de suas embalagens após o descarte pelos consumidores, no Município de Assis/SP

Art. 2º Para fins do dispositivo nesta lei, considera-se:

I - princípio do poluidor pagador: a atribuição ao gerador do resíduo sólido da responsabilidade de lhe conferir destinação ambientalmente adequada;

II - princípio da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos: conjunto de atribuições individualizadas e encadeadas dos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de medicamentos para minimizar o volume de resíduos sólidos e rejeitos gerados, bem como para reduzir os impactos causados à saúde humana e ao meio ambiente;

III - logística reversa no recebimento de medicamentos: logística reversa de medicamentos domiciliares vencidos ou em desuso e de suas embalagens descartados pelos consumidores - instrumento de desenvolvimento econômico e social caracterizado por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar o retorno desses medicamentos e de suas embalagens ao setor empresarial para destinação final ambientalmente adequada;

IV - acondicionamento: ato de embalar os medicamentos domiciliares vencidos ou em desuso, descartados em sacos, caixas ou recipientes que evitem vazamentos, devidamente lacrados e com identificação que permita a sua rastreabilidade e, quando couber, que sejam resistentes às ações de punctura, ruptura e tombamento, e adequados física e quimicamente ao conteúdo acondicionado;

V - armazenamento primário - guarda temporária, realizada por drogarias, farmácias ou outros pontos definidos pelos comerciantes, dos sacos, das caixas ou dos recipientes com os medicamentos domiciliares vencidos ou em desuso, descartados pelos consumidores no dispensador contendor;





Câmara Municipal de Assis

Estado de São Paulo

Rua José Bonifácio, 1001 – CEP 19800-072 – Fone/Fax: (18) 3302-4144

Site: www.assis.sp.leg.br – e-mail: cmassis@camaraassis.sp.gov.br

Fls. 2

VI - armazenamento secundário - armazenamento, em local indicado pelos distribuidores até a etapa de coleta externa, dos sacos, das caixas ou dos recipientes devidamente lacrados, pesados e identificados com os medicamentos domiciliares vencidos ou em desuso, descartados pelos consumidores e coletados pelos distribuidores nos pontos de recebimento;

VII - coleta externa - coleta dos sacos, das caixas ou dos recipientes com os medicamentos domiciliares vencidos ou em desuso, descartados pelos consumidores para que se proceda ao transporte ao local de tratamento e destinação final ambientalmente adequada;

VIII - comerciante - pessoa jurídica que ofereça medicamentos domiciliares ao consumidor, distinta do fabricante, do importador e do distribuidor;

IX - consumidor - pessoa física usuária de medicamentos domiciliares;

X - dispensador contenedor - dispositivo ou equipamento, dotado de sistema antirretorno, destinado ao recebimento e ao armazenamento seguro dos medicamentos domiciliares vencidos ou em desuso descartados pelos consumidores;

XI - embalagem - invólucro, recipiente ou qualquer forma de acondicionamento, removível ou não, destinado a cobrir, empacotar, envasar, proteger ou manter, especificamente ou não, medicamentos domiciliares;

XII - medicamentos domiciliares - medicamentos de uso humano, vencidos ou em desuso, industrializados e manipulados;

XIII - ponto de armazenamento primário - local destinado à guarda temporária dos sacos, das caixas ou dos recipientes com os medicamentos domiciliares vencidos ou em desuso descartados pelos consumidores até a coleta e o transporte aos pontos de armazenamento secundário;

XIV - ponto de armazenamento secundário - local destinado ao armazenamento dos sacos, das caixas ou dos recipientes com os medicamentos descartados em local indicado pelos distribuidores de medicamentos até a realização das etapas de coleta e de transporte para os locais de destinação final ambientalmente adequada;

XV - ponto fixo de recebimento - ponto situado em drogarias, farmácias ou demais locais em que sejam instalados os dispensadores contenedores para o descarte pelos consumidores dos medicamentos domiciliares vencidos ou em desuso; e

Art. 3º O disposto nesta lei não se aplica aos seguintes medicamentos:

I - de uso não domiciliar;

II - de uso não humano; e

III - descartados pelos prestadores de serviços de saúde públicos e privados.





Câmara Municipal de Assis

Estado de São Paulo

Rua José Bonifácio, 1001 – CEP 19800-072 – Fone/Fax: (18) 3302-4144

Site: www.assis.sp.leg.br – e-mail: cmassis@camaraassis.sp.gov.br

Fls. 3

Art. 4º As drogarias e farmácias, inclusive as de manipulação, estabelecidas como pontos fixos de recebimento ficam obrigadas, às suas expensas, a adquirir, disponibilizar e manter, em seus estabelecimentos, dispensadores contedores.

Parágrafo Único - As farmácias de Manipulação ficam obrigadas a receber apenas resíduos de medicamentos manipulados, sendo vedada a destinação de outros tipos de resíduos medicamentosos nesses pontos de coleta.

Art. 5º O dispensador contedor disponibilizado no ponto fixo de recebimento:

I - conterá a frase: “Descarte aqui os medicamentos domiciliares vencidos ou em desuso”;

II - poderá conter outros recursos gráficos, como figuras esquemáticas, para auxiliar o consumidor a descartar os medicamentos domiciliares vencidos ou em desuso de forma segura;

III - poderá conter a divulgação de:

a) marca institucional figurativa ou mista; e

b) campanhas de publicidade de interesse do estabelecimento.

Art. 6º As drogarias e farmácias, inclusive as de manipulação, estabelecidas como pontos fixos de recebimento ficam obrigadas a disponibilizar, se necessário, local para armazenamento primário no estabelecimento comercial.

Parágrafo Único - O local de armazenamento de que trata o caput será destinado ao acondicionamento temporário dos recipientes com os medicamentos domiciliares vencidos ou em desuso descartados pelos consumidores até o transporte destes a um ponto de armazenamento secundário.

Artigo 7º Com o objetivo de divulgar o sistema de logística reversa de medicamentos domiciliares vencidos ou em desuso e de suas embalagens após o descarte pelos consumidores, as drogarias e farmácias, inclusive as de manipulação, disponibilizarão informações aos consumidores por meio de mídias digitais e de sítios eletrônicos.

§ 1º - A disponibilização de informações de que trata o caput compreenderá orientações sobre o sistema de logística reversa de medicamentos domiciliares vencidos ou em desuso e a participação dos consumidores para o retorno adequado dos medicamentos e de suas embalagens.

§ 2º - O estabelecimento deverá ainda apresentar informativo claro aos consumidores sobre os riscos de descarte de medicamento de modo inapropriado como no lixo comum ou ainda em ralos domésticos.

Art. 8º No caso de descumprimento ao disposto desta Lei, serão aplicadas as seguintes penalidades:

I - Notificação para que a irregularidade seja sanada, no prazo de 10 (dez) dias;





Câmara Municipal de Assis

Estado de São Paulo

Rua José Bonifácio, 1001 – CEP 19800-072 – Fone/Fax: (18) 3302-4144

Site: www.assis.sp.leg.br – e-mail: cmassis@camaraassis.sp.gov.br

Fls. 4

II - Multa no valor de 26 (vinte e seis) UFESP, caso a irregularidade não seja sanada no prazo estipulado.

Art. 9º Persistindo a desconformidade com as exigências estabelecidas nesta Lei, a penalidade de multa prevista no artigo anterior será aplicada em dobro.

Art. 10 As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementares se necessário.

Art. 11 Esta lei entrará em vigor em 30 (trinta) dias após a sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SALA DAS SESSÕES, 20 de março de 2023.

GERSON ALVES DE SOUZA
Vereador - PTB





Câmara Municipal de Assis

Estado de São Paulo

Rua José Bonifácio, 1001 – CEP 19800-072 – Fone/Fax: (18) 3302-4144

Site: www.assis.sp.leg.br – e-mail: cmassis@camaraassis.sp.gov.br

Fls. 5

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

O presente **PROJETO DE LEI** tem por finalidade instituir no município de Assis, o princípio da logística reversa para os medicamentos vencidos ou inadequados para o consumo, obrigando as farmácias e drogarias privadas a instalarem pontos de coleta para o recebimento desses produtos e darem a destinação correta.

O descarte irregular de medicamentos por consumidores finais é um grande problema a ser observado pelo Poder Público pelo grande impacto que gera à saúde e ao meio ambiente. A falta de informação e de alternativas, faz com pessoas de forma rotineira contaminem lagos, rios e córregos com medicamentos que possuem alto poder de alteração do ecossistema, provocando mutações e expondo a sociedade a um risco gravíssimo.

É de conhecimento d comunidade científica o fato de que substâncias medicamentosas possuem grande potencial poluidor ambiental, especialmente dos ambientes aquáticos, solos e água subterrânea, conforme estudos efetuados em todo mundo.

Tal situação se origina do fato de que medicamentos vencidos ou em desuso, são lançados inadvertidamente pelas pessoas, em locais impróprios como no lixo comum, fossas, redes de águas pluviais e de esgoto.

Fica evidente a urgência imediata da redução ou interrupção do aporte de medicamentos para o meio ambiente, principalmente, aqueles descartados como resíduos junto ao lixo comum ou por descarte no vaso sanitário.

Além de toda a questão ambiental outro fator que merece destaque é a ingestão acidental ou mesmo intencional desses medicamentos por crianças, devido ao armazenamento inadequado e ao acúmulo de medicamentos nas residências.

A proposta não fere o princípio da separação dos Poderes, nem retira ou afeta as atribuições e prerrogativas legais do Poder Executivo. Logo, o seu conteúdo legal não viola preceitos constitucionais. Este foi o entendimento do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, ao analisar a constitucionalidade de uma Lei de igual teor, conforme segue:

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. Lei Municipal n. 14.659 de 04 de março de 2.022, do Município de Ribeirão Preto, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de farmácias e drogarias disponibilizarem recipientes para armazenar medicamentos domiciliares vencidos ou em desuso, de uso humano, industrializados ou manipulados, e de suas embalagens após o descarte pelos consumidores” Ausência de iniciativa legislativa reservada do Chefe do Poder Executivo ou de matéria da reserva da Administração - Competência legislativa





Câmara Municipal de Assis

Estado de São Paulo

Rua José Bonifácio, 1001 – CEP 19800-072 – Fone/Fax: (18) 3302-4144

Site: www.assis.sp.leg.br – e-mail: cmassis@camaraassis.sp.gov.br

Fls. 6

suplementar do Município em matéria ambiental -
Precedente do STF - **Ação improcedente**. ADI n.º
2065429-11.2022.8.26.0000.

Assim, o Projeto além de contribuir para a eliminação do problema do descarte irregular dos medicamentos, visa sensibilizar e conscientizar a população sobre os malefícios provenientes da incorreta destinação de medicamentos vencidos ou que não tem mais utilidade.

Ante o exposto e diante dos relevantes motivos que norteiam a matéria, contamos com o apoio dos nobres pares para aprovação da proposição.

SALA DA SESSÕES, 20 de março de 2023.

GERSON ALVES DE SOUZA
Vereador - PTB

